

Pílulas antirracismo: campanha da CUT reforça luta contra o racismo



Com o objetivo de ampliar a reflexão sobre como o racismo se estrutura e se perpetua no cotidiano das pessoas desde os tempos da escravidão até os dias de hoje, a CUT, por meio de sua secretaria nacional de Combate ao Racismo produziu um vasto material de conteúdo obrigatório para a luta antirracista em nossa sociedade.

O projeto é um instrumento de informação à classe trabalhadora,

fala dos levantes populares, como a Revolta dos Malês e a Balaiada, no Maranhão, que tiveram participação efetiva de negros e negras escravizados. A campanha também mostra alguns termos racistas que muita gente usa no cotidiano, no entanto, que devemos tirar do vocabulário, como: mulato, denegrir, serviço de preto, traços finos.

Os vídeos também abordam questões como o encarceramento em

massa, o cabelo como estética e símbolo de resistência e como a juventude hoje se apropria dessa estética - do cabelo crespo - como uma forma de se colocar na sociedade.

Ao todo 30 pílulas e três documentários, disponíveis no Youtube da CUT sobre diversos temas que abordam a questão racial, material que pode e deve ser compartilhado, não somente em novembro, o mês da Consciência Negra, mas diariamente, o ano todo. Para a CUT, a luta antirracismo é constante.

As pílulas antirracismo da CUT foram lançadas em julho de 2021, por ocasião do Julho das Pretas, que faz referência ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latino Americana e Afro-Caribenha. No Brasil, a data é dedicada à memória de Tereza de Benguela, líder do quilombo do Quariterê, em área que hoje pertence ao Estado do Mato Grosso. Tereza é símbolo da resistência contra a escravidão, mas sua luta só foi reconhecida em 2014, pela então presidenta Dilma Rousseff (PT).

Mais informações no site da CUT - www.cut.org.br.

Fonte: CUT

Abertas inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024

As inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024, oferecido pelo Education USA, estão abertas até 1º de janeiro de 2024. Para se candidatar, é preciso concluir o 3º ano do Ensino Médio (ou Técnico) em 2023 ou até dezembro de 2024; pertencer a um contexto socioeconômico com recursos limitados; demonstrar inglês avançado; realizar atividades extracurriculares e comunitárias; ter excelente histó-

co acadêmico; e estar interessado em qualquer área de estudo, exceto Medicina, Odontologia, Veterinária, Direito ou Psicologia.

O Programa oferece orientação e cobre os custos do processo de admissão para pessoas que não podem custear o processo de admissão a programas de graduação em universidades americanas. Os custos estão relacionados à realização de provas, traduções, aquisição de material de estudo, taxas de ins-

crição para cada universidade, e outros relacionados ao processo de admissão. Caso o candidato tenha condições financeiras de arcar com os custos do processo de admissão, o EducationUSA pode acompanhar e oferecer orientação ao longo do seu processo de admissão de outras maneiras, mas não através do Programa Oportunidades Acadêmicas.

Mais informações - educationusa.org.br.

Fonte: IFMA



REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária passa nos dois turnos no plenário do Senado e volta para a Câmara

O plenário do Senado aprovou na noite desta quarta-feira (8), em dois turnos, a proposta de reforma tributária defendida pelo governo, com várias emendas. As duas votações, com aproximadamente duas horas de diferença entre uma e outra, tiveram o mesmo resultado. Confirmada a aprovação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 volta para a Câmara, onde também deverá passar por duas rodadas.

Dessa forma, foram 53 votos a favor da PEC, conforme relatório de Eduardo Braga (MDB-AM), e 24 contra em ambos os turnos.

A fase de discursos foi aproveitada basicamente por parlamentares do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, para criticar a proposta de reforma tributária. “Estamos votando um projeto que ao longo do tempo foi desfigurado”, disse, por exemplo, Rogério Marinho (PL-RN).

Primeira reforma na democracia

Já Magno Malta (PL-ES) definiu o projeto como um “compêndio ideológico” que teria sido apresentado por um “governo socialista”. Apesar disso, contou que teve duas emendas acatadas pelo relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) apresentou substitui-

to, que ganhou apoio dos senadores do PL.

“Essa é a primeira reforma do sistema tributário brasileiro que fazemos sob a égide do regime democrático”, ressaltou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Segundo ele, os outros dois sistemas vieram de períodos autoritários – o Estado Novo e a ditadura iniciada em 1964. Para Randolfe, foi “engraçado ver próceres do governo passado” atacarem um projeto que antes defendiam. “Essa é a junção de duas propostas que eles defendiam, as PECs 45 e 110.”

Oitocentas emendas

Alguns parlamentares pediram mais tempo para discussão e criticaram a adoção de um calendário especial para tramitação da PEC. O requerimento para o regime especial foi aprovado ontem por 48 a 24.

“Essa matéria recebeu mais de 780 emendas no decorrer da sua tramitação no Senado. O direito de os senadores se manifestarem, com todas as matizes e com todas as propostas, foi realizado. Tanto é assim que o relatório aprovado por 20 votos, em um total de 27 na CCJ, acolheu 245 emendas das 780 apresentadas”, afirmou o relator.

Alguns pontos da reforma:

Cashback para famílias de baixa renda na aquisição de gás de botijão e nos impostos sobre a conta de luz

IPVA: prevê alíquotas diferentes em função do valor e do impacto ambiental do veículo. Também incide sobre barcos e aviões de uso particular

Extingue diversos tributos sobre o consumo e cria dois: um de competência federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e outro compartilhado por estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS). Devem ser regulamentados por lei complementar

A CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal), que tributam o consumo, são formas de Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

O IVA incide apenas nas etapas do comércio que adicionam valor ao produto ou serviço, evitando cobrança sobre impostos já pagos

Está previsto ainda um Imposto Seletivo (IS), para desestimular o consumo de produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente

Sectores terão tributação reduzida, divididos em três grupos. Um deverá ter alíquota zero, com itens da cesta básica.

Fonte: Condsef